

Relatório de Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos a vossa apreciação as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de junho. Dois Irmãos RS, 6 Março de 2017. A Direção.

Balanco Patrimonial (Em milhares de Reais)			
	30/06/17	30/06/16	
ATIVO			
Disponibilidades	167	3.816	
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 4)	78.428	68.338	
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	919	-	
Operações de crédito (nota 5)	107.699	95.518	
Operações de crédito setor privado	119.349	108.365	
Provisão p/ oper. Créd. liquid. duvidosa	(11.650)	(12.847)	
Outros créditos	41.694	31.684	
Adiantamentos diversos	11	2	
Impostos e contr. a compensar (nota 6)	344	536	
Títulos e créditos a receber (nota 5)	44.320	33.153	
Devedores diversos	1.754	1.576	
Provisão p/ outros créditos (nota 5)	(4.735)	(3.583)	
Despesas antecipadas	735	148	
Despesas antecipadas	735	148	
Total do ativo circulante	229.642	199.504	
Realizável a longo prazo	4.626	3.622	
Operações de crédito (nota 5)	3.103	2.323	
Operações de crédito setor privado lp	3.149	2.587	
Provisão p/ oper. cred. liquid. duvidosa LP	(46)	(264)	
Outros créditos	1.523	1.298	
Títulos e créditos a receber LP (nota 5)	1.139	1.276	
Provisão para outros créditos lp (nota 5)	(7)	(25)	
Devedores p/ depósito garantia	391	47	
Permanente	223	209	
Imobilizado de uso	131	146	
Imobilizações de uso	220	210	
(Depreciações acumuladas)	(89)	(64)	
Intangível	92	63	
Intangível	148	93	
Amortização acumulada	(56)	(30)	
Total do ativo não circulante	4.849	3.831	
Total do ativo	234.491	203.335	
PASSIVO			
Depósitos	8	0	
Depósitos	8	0	
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 7)	40.570	19.007	
Recursos de aceites cambiais	40.570	19.007	
Outras obrigações	44.536	41.891	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	122	83	
Sociais e estatutárias	2.611	10.389	
Fiscais e previdenciárias	1.047	1.116	
Diversas (nota 8)	40.756	30.303	
Total do passivo circulante	85.114	60.898	
Exigível a longo prazo	71.887	74.382	
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 7)	70.052	72.494	
Recursos de aceites cambiais lp	70.052	72.494	
Outras obrigações (nota 8)	1.835	1.888	
Diversas	1.835	1.888	
Patrimônio líquido	77.490	68.055	
Capital social (nota 12)	67.000	35.000	
De domiciliados no País	67.000	35.000	
Reservas de lucros	10.490	33.055	
Reserva legal	3.218	2.838	
Reservas estatutárias (nota 12)	7.275	30.217	
Total do passivo e patrimônio líquido	234.491	203.335	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 Em milhares de Reais

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros ou Prej. acum.	Totais
Eventos					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	35.000	2.838	28.408	-	66.246
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.426	3.426
Destinação:					
Reserva Legal	-	90	-	(90)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	1.719	(1.719)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	(1.719)	-
Saldos em 30 de junho de 2016	35.000	2.928	30.127	-	68.055
Mutações do período	90	-	-	-	90
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.000	3.054	4.171	-	74.225
Lucro líquido do semestre	-	-	-	5.908	5.908
Destinação:					
Reserva Legal	-	164	-	(164)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	3.101	(2.643)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	(3.101)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	67.000	3.218	7.272	-	77.490
Mutações do período	164	-	3.101	-	3.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conjunto com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de agosto de 2017. **3. Descrição das principais práticas contábeis:** Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos: **a. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado. **b. Títulos e valores mobiliários** - De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **• Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **• Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. **• Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **c. Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas depois de seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **d. Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo** - Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. **e. Ativo permanente** - Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica fixadas por espécie de bens. **f. Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo** - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **g. Provisão para o imposto de renda e a contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 20%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **g.1 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação

para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem basicamente: **• De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis.** A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica da Financeira. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais. São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação. **h. Apuração dos resultados** - As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **i. Estimativas** - Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas periodicamente. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicação Interfinanceira de Liquidez

	Vencimento	2017	2016
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	Até 30 dias	44.100	68.338
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	Até 01 ano	34.328	-
	TOTAL	78.428	68.338

Títulos e Valores Mobiliários

	Até 30 dias	919	-
Cotas de Fundo de Investimento		919	-
	TOTAL	919	-

As aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são mantidos até o vencimento. Em 30 de junho de 2017 e 2016, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **5. Operações de crédito:** A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir: **a. Composição das operações de crédito por modalidade**

Operações de Crédito

	2017	2016
Empréstimos	38.255	40.557
Antecipação de recebíveis	5.676	5.360
Financiamentos	78.566	65.033
Outros créditos com características de concessão de crédito	45.460	34.432
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - créditos	(11.696)	(13.112)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	(4.742)	(3.608)
TOTAL	151.519	128.662

b. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2017	%	2016	%
Concentração das operações de 10 maiores devedores	8.282	4,93	7.971	5,48
50 seguintes maiores devedores	2.752	1,64	3.131	2,15
100 seguintes maiores devedores	1.212	0,72	1.328	0,91
Demais devedores	155.711	92,71	132.951	91,46
Total	167.957	100,00	145.381	100,00

c. Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

	Títulos e Cred.		2017		2016	
Vencimento	Emprést.	desc. Financ.	a Rec.	2017	2016	2016
Carteira de crédito						
Vencidos	8.824	110	6.756	21.459	21.443	-
A vencer						
Até 3 meses	15.760	4.104	40.425	20.310	80.599	71.357
De 3 a 12 meses	11.104	1401	30.865	18.241	61.611	48.718
De 1 a 3 anos	2.219	61	520	1.139	3.939	3.633
Após 3 anos	349	-	-	-	349	230
Total da carteira	38.256	5.676	78.566	45.459	167.957	145.381
Circulante	35.688	5.615	78.046	44.320	163.669	141.518
Realizável a longo prazo	2.568	61	520	1.139	4.288	3.863

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos respectivos níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classifica-

Demonstrações de Resultados - Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	30/06/17	30/06/16
Recostas da intermediação financeira	30.061,7	30.061,6
Operações de crédito (nota 14)	28.634	27.418
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez	4.322	4.322
Despesas da intermediação financeira	(16.857)	(17.874)
Operações para créditos no mercado duvidoso	(6.636)	(6.808)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.161)	(11.009)
Resultado bruto da intermediação financeira	13.204	12.925
Outras receitas/despesas operacionais	(7.142)	(8.149)
Rendas de prestação de serviços (nota 15)	1.542	1.050
Despesas de pessoal	(5.406)	(4.588)
Outras despesas administrativas (nota 16)	(1.249)	(1.174)
Despesas tributárias	(29)	(27)
Despesas deprec./amortização	(30)	(213)
Outras receitas/despesas operacionais (nota 17)	(8.987)	(5.779)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.217	7.146
Imposto de renda e contribuição social (nota 13)	(3.079)	(2.353)
Provisão para imposto de renda	(1.701)	(1.302)
Provisão para contribuição social	(1.378)	(1.051)
Juro líquido do semestre	5.908	3.426
Juros sobre capital próprio (nota 10)	(2.643)	(1.616)
Quantidade de ações (nota 12)	67.000	35.000
Juro líquido por ação R\$	0,09	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ção prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do Bacen.

	2017		2016	
Níveis	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Prov. p/ Operac.	Pessoa Física
AA	-	-	-	-
A	2.854	121.940	624	2.809
B	4.280	8.203	125	2.030
C	3.206	4.773	239	4.415
D	62	3.267	333	31
E	38	2.872	873	-
F	-	2.846	1.423	17
G	9	2.642	1.856	40
H	117	10.848	10.965	1.432
Total	10.566	157.391	16.438	10.774

e. da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo inicial	16.588	16.588
Créditos baixados contra prejuízo	(10.354)	(10.878)
Constituição/reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.161	11.009
Saldo final	16.438	16.719

As operações renegociadas no exercício findo em 30 de junho de 2017 montam a R\$ 7.021 mil (R\$ 4.638 mil em 30 de junho de 2016). No exercício findo em 30 de junho de 2017, foram recuperados créditos no montante de R\$ 2.662 mil (R\$ 1.747 em 30 de junho de 2016). **6. Impostos e contribuições a compensar:** Composição dos impostos e das contribuições a compensar:

Tributo

	2017	2016
IRPJ a compensar	47	47
CSLL a compensar	51	241
PIS a compensar	1	2
COFINS a compensar	245	246
Total	344	536

7. Recursos de aceites cambiais:

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 102% a 110% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2017	2016
A vencer até 3 meses	17.686	5.687
A vencer de 3 a 12 meses	22.884	13.320
A vencer de 1 a 3 anos	70.052	72.494

nentamente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. • I - Risco de crédito - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a Financeira de perdas decorrentes de operações de crédito, a HS Financeira constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e a condição de atraso da operação. • II - Risco de liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa

a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da HS Financeira estejam continuamente avaliados e estabelece parâmetros mínimos de caixa a ser observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. Até o momento, a Financeira vem utilizando captação dentro do próprio grupo econômico, mitigando ainda mais esse risco de liquidez, visto que o grupo possui recursos próprios para financiar as operações da Financeira. • III - Risco de mercado - A HS Financeira emprega uma política conservadora no gerenciamento

do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e as correlações que venham a impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Nesta linha, a Financeira nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral. • IV - Risco operacional - A HS Financeira adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e da revisão dos riscos e do monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio.

Diretoria	
José Agnelo Seger Diretor Presidente CPF 138285250-91	Darci Seger Diretor CPF 150885960-49
Germano Grings Diretor CPF 432753030-15	Jerri Eduardo Luft Contador CRC RS-079444/O-2

AAos Administradores e Acionistas da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos Dois Irmãos - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de à Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar à Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação

do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 14º de agosto de 2017

 **KPMG Auditores Independentes** - CRC SP-014428/F-7
Wladimir Omiechuk - Contador CRC RS-041241/O-2